



PROJETO DE LEI Nº 47 / \_\_\_\_\_ de 10 de Novembro de 2022.

"Institui Normas e procedimentos para a reciclagem e destinação final do lixo eletrônico, no âmbito do Município do Mário Campos."

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a instituição de normas e procedimentos para reciclagem e destinação final do lixo eletrônico, considerados como lixos tecnológicos.

**Parágrafo único.** Entende-se por lixo eletrônico todo resíduo material produzido pelo descarte de equipamentos eletrônicos de uso doméstico, industrial, comercial e de serviços, que estejam em desuso e sujeitos a disposição final.

**Art. 2º** Os produtos e componentes eletroeletrônicos, considerados lixo tecnológico devem receber destinação final adequada que não provoque danos ou impactos negativos ao meio ambiente e a sociedade.

**Parágrafo único.** A responsabilidade pela destinação final é solidária entre as empresas que produzam, comercializem ou importem produtos e componentes eletroeletrônicos.

**Art. 3º** A destinação final do lixo eletrônico ambientalmente adequado, dar-se-á mediante:

- I – Processos de reciclagem e aproveitamento do produto ou componentes para a finalidade original ou diversa;
- II – Práticas de reutilização total ou parcial de produtos e componentes tecnológicos.
- III – Disposição final adequada dos componentes tecnológicos equiparados a estes tipos de resíduos tecnológicos.



**§ 1º** A destinação final do lixo eletrônico deverá ocorrer de acordo com a legislação ambiental e as normas de saúde e segurança pública, respeitando as vedações do órgão público competente.

**§ 2º** Os componentes e equipamentos eletroeletrônicos em que se tem a presença de metais pesados ou substâncias tóxicas e a destinação final deverá ser realizada mediante a obtenção de licença ambiental do órgão competente que poderá exigir a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a autorização.

**Art. 4º** A empresa responsável pela fabricação, importação, ou comercialização de produtos tecnológicos eletroeletrônicos deve manter postos de coleta para receber lixo eletrônico a ser descartado pelo consumidor.

**Art. 5º** O Poder Executivo através de seu órgão competente realizará o cadastramento de pontos de coleta municipais que serão em órgãos públicos, organizações que comercializem os produtos a que se refere esta Lei bem como as organizações que prestem serviço de assistência técnica deste tipo de material.

**Art. 6º** Os pontos de coleta deverão ser instalados em local de boa visibilidade e conter mensagem que alerte sobre os riscos provocados pelo descarte irresponsável desses produtos e sobre a necessidade de sua correta destinação final.

**Art. 7º** Através dos canais de divulgação municipal local e dos meios de comunicação local será dado ampla publicidade aos pontos de coleta municipais e será realizada campanha permanente de divulgação com:

I – Advertência para não descartar os resíduos eletrônicos, tecnológicos, lâmpadas e pneus no lixo comum;

II – Informações/orientações sobre a destinação adequada dos resíduos;

III – Alerta sobre a eventual existência de metais pesados ou substâncias tóxicas entre os componentes do produto e seus riscos associados ao manuseio e ao descarte;

**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**MÁRIO CAMPOS - MINAS GERAIS**  
GABINETE DA VEREADORA  
**DANIELA AGOSTINHO HENRIQUE (DANIELA AGOSTINHO)**  
ver.danielaagostinho@mariocampos.mg.leg.br



**IV** – Ressaltar o papel do consumidor na importância de sua contribuição para a reutilização, reciclagem e destinação adequada dos resíduos;

**V** – Formas adequadas de acondicionamento.

**Art. 8º** Para o cumprimento do disposto nesta Lei é permitida a celebração de convênios com cooperativas ou associações de catadores e demais entidades organizadas da sociedade civil.

**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber no prazo de 60(sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 10º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

**ANDERSON FERREIRA ALVES**

Prefeito Municipal de Mário Campos





### **JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei justifica-se pela necessidade de orientar a comunidade sobre descarte de lixo advindo da tecnologia, ou mais comumente conhecido com lixo eletrônico e a importância do seu processo de reciclagem, posto que este lixo traga prejuízo ambiental, como por exemplo, poluição das águas, rios, lençol freático, solo e ar prejudicando profundamente o meio ambiente em que estamos inseridos.

Vale reforçar que no Brasil e, em todo o mundo o destino final das sucatas tecnológicas é preocupante.


Os aparelhos eletrônicos possuem durabilidade cada vez mais curta, dada o advento da rápida evolução tecnológica, preços mais populares e grande oferta, os descartes são cada vez mais frequentes e, igualmente preocupante.

Assim surgiu a ideia de descartar corretamente e aproveitar o que pode ser reciclado de modo a fomentar o empreendedorismo nas mais diversas áreas como artesanato, robótica, educação, etc. criando, doravante. Um hábito que vai colaborar para a manutenção do meio ambiente e, sobretudo, para a consciência em prol da comunidade.

Em vista disto, é nítida e imperiosa a necessidade de conscientizar a população sobre descarte consciente e reciclável do lixo eletrônico. Portanto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação dessa propositura.

  
**DANIELA AGOSTINHO HENRIQUE**

Vereadora do Município de Mário Campos

Câmara Municipal de Mário Campos  
CNPJ 01.619.123/0001-78  
RECEBIDO EM:  
10/11/22 às 09 hs 20 min  
  
Servidor Responsável